

Reforma une governo e PT

Paulo Silva Pinto
e Denise Rothenburg
Da equipe do Correio

Depois de a proposta de reforma tributária se arrastar por muitos anos, parece que finalmente vai sair alguma medida para aliviar a carga fiscal do país. É a minirreforma tributária que o Congresso, pressionado pela crise econômica recente, promete votar. Líderes de partidos e empresários acham que os parlamentares resolverão suas diferenças de posição na próxima semana para levar a proposta ao plenário até o fim do mês.

O termo mini é até generoso para a reforma. Na verdade, o texto muda apenas o Programa de Integração Social (PIS). Hoje, todas as empresas do país têm que pagar ao governo 0,65% de todo o dinheiro que passa no caixa por conta do PIS. Empresários reclamam que isso parece pouco, mas na verdade é muito. Alguns produtos passam por várias empresas em sua produção. E assim acabam ficando até 3% mais caros por causa do PIS.

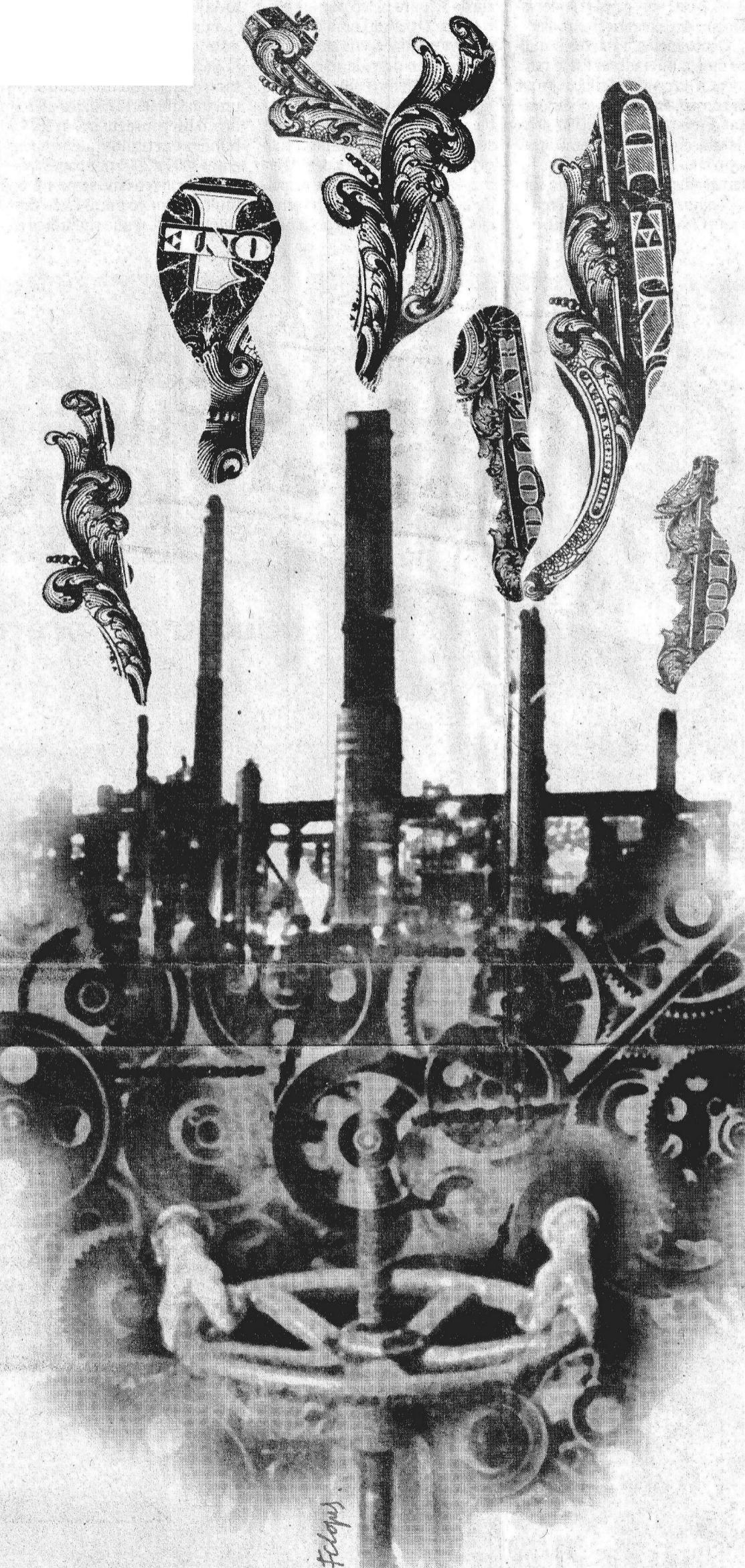
Na proposta que está sobre a mesa do relator, Armando Monteiro (PMDB-PE), a alíquota aumentaria para 1,65%. Em compensação, o custo seria compartilhado por todas as empresas da cadeia produtiva. "É tão grande a importância desse tema que o Congresso será sensível", avalia o líder do PSDB no Senado, Geraldo Mello (RN).

Os exportadores apostam que a novidade permitirá aumentar a venda para outros países de produtos que passam por muitas empresas e têm valor agregado mais alto — são também os que criam mais empregos. Mas a medida será um claro sinal de que a eleição não eliminou os esforços políticos para resolver entraves econômicos. "O Congresso não se furtará a dar essa contribuição ao país em momento de crise", aposta o presidente da Câmara, Aécio Neves (PSDB-MG).

Para o PT, a mudança no PIS é tão importante que o deputado Aloizio Mercadante (PT-SP) falou do assunto no encontro com o presidente do Banco Central, Arminio Fraga, no mês passado. "No momento em que o governo reunir sua base para votar isso, nós estamos dispostos a aprovar", diz o porta-voz do PT, André Singer. No PSB de Anthony Garotinho (PSB), há apoio à minirreforma, com a ressalva de que a proposta é pouco abrangente.

O problema é que o tema não é consenso. Há dois tipos de oposição, a política e a econômica. No primeiro time, está a turma que quer medir forças com o governo, como o líder do PTB, Roberto Jefferson (RJ), um dos comandantes da Frente Trabalhista que apóia a candidatura de Ciro Gomes (PPS) à Presidência. "Se é para medir o Ciro, não vamos aprovar. O governo não fez a reforma tributária quando podia fazer porque não quis", diz Jefferson. Ele aproveita para caçoar da convergência entre PT e PSDB sobre o tema: "Os dois partidos já deveriam estar coligados".

Mas dentro da campanha de Ciro o assunto tampouco é con-



sensual. O candidato disse ontem que achava a minirreforma acanhada, mas que não a conhecia direito. Há muita gente disposta a explicar-lhe e convencê-lo do apoio. O deputado Roberto Brant (PFL-MG), cirista de primeira hora, é ardoroso defensor da proposta.

A oposição econômica é representada pelos produtores agrícolas, de agribusiness ou das empresas de serviços. Nesses casos, a cadeia produtiva é pequena e a

alíquota de 1,65% acaba sendo um custo maior do que o atual. "Não dá para votar um projeto que beneficia um só lado", queixa-se o líder do PFL, Inocêncio Oliveira. Mas outro influente deputado da bancada, José Carlos Aleluia (PFL-BA), acha que "o Congresso deve chegar nesta semana a um acordo para que a matéria seja aprovada".

Uma demonstração de que a resistência está cedendo é o apoio de várias associações de

empresas de agribusiness à proposta. O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Óleos Vegetais (Abiov), Carlos Lovatelli, passou a sexta-feira debruçado sobre o assunto. A Abiov e outras 10 entidades querem que a diferença entre o que eles pagam hoje de PIS e o que passarão a pagar seja revertida na forma de crédito para o pagamento futuro do tributo. "O governo era contrário a isso, mas agora não é mais", diz Nin-

A MINIRREFORMA

MAIORES BENEFICIADOS

- Indústrias de alto valor agregado
- Exportadores

CONTRÁRIOS

- Empresas de serviços
- Agricultores

guém do governo quis falar do assunto ontem. "Do jeito que estava pagariam a conta. Agora nós apoiamos essa proposta", diz Lovatelli.

As discussões devem se intensificar na próxima semana. O mais importante, na avaliação do governo, é conseguir apoio no Congresso. Assim, mesmo que a proposta não seja votada, poderá vigorar na forma de medida provisória editada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.